



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 5000465-27.2017.4.03.6104

RELATOR: Gab. 20 - DES. FED. DIVA MALERBI

APELANTE: COMERCIAL AGRICOLA CAMPINAS LTDA

Advogados do(a) APELANTE: FLAVIO RICARDO FERREIRA - SP198445-A, FABIANA YASMIN GAROFALO

FELIPPE - SP391030-A, ANTONIO AIRTON FERREIRA - SP156464-A

APELADO: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL

OUTROS PARTICIPANTES:



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 5000465-27.2017.4.03.6104

RELATOR: Gab. 20 - DES. FED. DIVA MALERBI

APELANTE: COMERCIAL AGRICOLA CAMPINAS LTDA

Advogados do(a) APELANTE: FLAVIO RICARDO FERREIRA - SP198445-A, FABIANA YASMIN GAROFALO

FELIPPE - SP391030-A, ANTONIO AIRTON FERREIRA - SP156464-A

APELADO: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL

OUTROS PARTICIPANTES:

RELATÓRIO

A SENHORA DESEMBARGADORA FEDERAL DIVA MALERBI (RELATORA): -

Trata-se de agravo interno interposto por COMERCIAL AGRÍCOLA CAMPINAS LTDA, com fulcro no artigo 1.021 do Código de Processo Civil, em face da r. decisão monocrática – ID 132086274, que negou provimento à apelação e rejeitou os embargos de declaração opostos contra decisão interlocutória que indeferiu pedido de levantamento de depósito judicial.

Em razões recursais, a agravante sustenta, em síntese, a inaplicabilidade do direito *antidumping* incidente nas operações de importação de alho do tipo especial proveniente da China. Afirma que a Resolução CAMEX n. 80/13 havia definido que o *antidumping* atinge, unicamente, o alho do tipo extra, não podendo se admitir interpretação de que a regra em questão alcança todos os tipos de alho importados

da China, como estabelecido nas Resoluções CAMEX n. 13/2006 e n. 47/2017, que sob a justificativa de que teriam apenas esclarecido a regra anterior, acabaram por ampliar a incidência da regra interpretada. Alega que o Decreto n. 8.058/2013 exige, para alteração do direito *antidumping* a abertura de processo de revisão perante o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) – artigo 101, o que não foi ultimado para confecção das Resoluções 13/2016 e 47/2017.

Requer a retratação da decisão agravada ou, caso não seja este o entendimento, pleiteia a submissão do presente ao julgamento da E. Turma (ID 133212655).

Com contrarrazões da União Federal (ID 134796399).

É o relatório.



Poder Judiciário TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 5000465-27.2017.4.03.6104

RELATOR: Gab. 20 - DES. FED. DIVA MALERBI

APELANTE: COMERCIAL AGRICOLA CAMPINAS LTDA

Advogados do(a) APELANTE: FLAVIO RICARDO FERREIRA - SP198445-A, FABIANA YASMIN GAROFALO

FELIPPE - SP391030-A, ANTONIO AIRTON FERREIRA - SP156464-A

APELADO: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL

OUTROS PARTICIPANTES:

VOTO

"EMENTA"

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ART. 1.021, CPC. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ANTIDUMPING. ALHO IMPORTADO DA CHINA. RESOLUÇÕES CAMEX N. 80/2013 E N. 13/2016. ABRANGÊNCIA. ALHO DE QUALQUER CLASSE, GRUPO OU TIPO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO

1. A decisão ora agravada, prolatada em consonância com o permissivo legal, encontra-se supedaneada em jurisprudência consolidada do Colendo Superior Tribunal de Justiça, inclusive quanto aos pontos impugnados no presente recurso.

2. A r. decisão monocrática rejeitou os embargos de declaração opostos contra decisão interlocutória, bem como negou provimento à apelação, mantendo sentença denegatória, proferida em mandado de segurança, pelo qual a impetrante buscou o reconhecimento do direito líquido e certo de não figurar como sujeito passivo de obrigação que tenha por objeto o direito antidumping incidente nas operações de importação de alho do tipo especial proveniente da China.

3. Nos termos da Resolução CAMEX n. 80, de 05 de outubro de 2013, foi prorrogado o direito antidumping definitivo sobre as importações de “alhos frescos ou refrigerados” oriundos da China, de forma genérica.

4. Contudo, o item 3.1 do anexo da referida Resolução, 2013 especifica que o alho, segundo a Portaria MAPA nº 242, de 1992, pode ser classificado em grupos (branco ou roxo), subgrupos (nobre ou comum), classes (7, 6, 5, 4, 3 ou misturada) e tipos (extra, especial ou comercial), estabelecendo que o produto objeto da medida antidumping é o “classificado no subgrupo de alhos nobres, das classes 5, 6 e 7, do tipo extra”. No mesmo anexo, no item 3.4, ao tratar da classificação tarifária, consta que “o alho objeto da medida antidumping é comumente classificado nos itens 0703.20.10 (alho para semeadura) e 0703.20.90 (outros alhos) da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM”.

5. Assim, ao especificar no item 3.1 do Anexo que o produto objeto da medida antidumping era alho importado da China, nas classes 5, 6 e 7, do tipo extra, a Resolução CAMEX nº 80/2013 permitiu discussões quanto à incidência ou não da medida antidumping sobre alhos frescos ou refrigerados dos demais tipos, classes e subgrupos, havendo nítida contradição interna no Anexo da Resolução, deixando dúvida quanto ao alvo do direito antidumping por ela estabelecido: o alho do tipo extra ou o alho chinês em geral.

6. Neste contexto, foi editada a Resolução CAMEX n. 13, de 18 de fevereiro de 2016, com o fim de esclarecer e “determinar se os alhos frescos ou refrigerados das classes 3 e 4 estariam sujeitos à aplicação do direito antidumping vigente sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados, originárias da China”. Embora a Resolução CAMEX n. 13/2016 tenha determinado que os direitos antidumping seriam aplicáveis às importações de alhos frescos ou refrigerados das classes 3 e 4, restou consignado que a edição da Resolução CAMEX n. 80/2013 teve por objetivo a proteção do mercado nacional em relação a qualquer classe, grupo ou tipo de alho chinês.

7. Cumpre registrar, embora se trate de norma superveniente, que a Resolução CAMEX n. 47, de 05 de julho de 2017, veio a esclarecer “que os alhos frescos ou refrigerados, independentemente de quaisquer classificações, quando originários da República Popular da China, estão sujeitos à incidência do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 80, de 3 de outubro de 2013

8. Importante ressaltar que as Resoluções CAMEX n. 13/2016 e n. 47/2017, editadas posteriormente à Resolução CAMEX n. 80/2013, apenas vieram aclarar que o alvo da proteção sempre foi o alho fresco ou refrigerado originário da China, em sua forma genérica, qualquer que fosse sua classificação, estando aí abrangido o alho de tipo especial importado pela autora.

9. As razões recursais não contrapõem tais fundamentos a ponto de demonstrar o desacerto do decisum, limitando-se a reproduzir argumento visando à rediscussão da matéria nele contida.

10. Agravo interno desprovido.

A SENHORA DESEMBARGADORA FEDERAL DIVA MALERBI (RELATORA): - Não é de ser provido o agravo.

A decisão ora agravada, prolatada em consonância com o permissivo legal, encontra-se supedaneada em jurisprudência consolidada do Colendo Superior Tribunal de Justiça, inclusive quanto aos pontos impugnados no presente recurso.

A r. decisão monocrática rejeitou os embargos de declaração opostos contra decisão interlocutória, pela qual o i. Relator indeferiu o pedido de levantamento dos depósitos judiciais, bem como negou provimento à apelação, mantendo sentença denegatória da segurança. A r. decisão restou assim fundamentada:

“Trata-se de apelação interposta por COMERCIAL AGRÍCOLA CAMPINAS LTDA contra sentença proferida em mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar, impetrado contra ato do Inspetor Chefe da Alfândega do Porto de Santos, objetivando provimento judicial a reconhecer o direito líquido e certo da autora de não figurar como sujeito passivo de obrigação que tenha por objeto o direito antidumping incidente nas operações de importação de alho do tipo especial proveniente da China, declarando-se a ilegalidade do ato que estabelecer tal obrigação.

A r. sentença revogou a liminar anteriormente concedida e, com fundamento no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgou improcedente o pedido, denegando a segurança pleiteada. Sem condenação em custas e honorários advocatícios (ID 8150679)

Em razões recursais, sustenta a apelante, em síntese, a inaplicabilidade do direito antidumping incidente nas operações de importação de alho do tipo especial proveniente da China. Afirma que a Coordenação Operacional Aduaneira – Copad, que é órgão integrante da cúpula da RFB não tem competência para expedir ordem para que fosse exigido gravame antidumping sobre alho importado da China, sem distinção quanto à coloração, subgrupo, classe ou tipo, eis que compete à Camex ou à Secex solucionar questões relativas aos direitos previstos no acordo antidumping, inclusive responder consultas apresentadas por contribuinte ou pela própria RFB. Além disso a questionada decisão da Copad conferiu interpretação ampliativa à Resolução CAMEX n. 80/13, a qual havia definido que o antidumping atinge, unicamente, o alho do tipo extra. Alega que a regra que prevê a incidência do direito antidumping tem natureza especial, exigindo que o resultado da sua interpretação seja declarativo ou estrito, culminando-se com sua aplicação no seu sentido exato, já que ela restringe a liberdade nas relações do comércio internacional. Aduz que a Resolução CAMEX nº 80/2013 foi precisa quanto à sua extensão ao alho tipo extra, não podendo se admitir interpretação de que a regra em questão alcança também o alho tipo especial. Requer o provimento do recurso, a fim de conceder a segurança pleiteada em primeira instância, reconhecendo o direito líquido e certo da Apelante: de não figurar como sujeito passivo de obrigação que tenha por objeto o gravame de direito antidumping incidente nas operações de importação de alho do tipo especial proveniente da China, declarando a ilegalidade do ato que estabelecer essa obrigação; ao levantamento dos valores depositados vinculados à presente discussão (ID 1706680).

Com contrarrazões (ID 1706690), subiram os autos a esta E. Corte.

O pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação, autuado sob o n. 5024617-21.2017.4.03.0000, foi indeferido por decisão proferida pela e. Desembargadora Federal Consuelo Yoshida.

O ilustre representante do Ministério Público Federal pugnou pelo prosseguimento do feito (ID 1899465).

A impetrante requereu o levantamento do depósito judicial, alegando ter realizado pagamento na via administrativa. O pedido, no entanto, restou indeferido por decisão proferida pelo e. Desembargador Federal Carlos Muta (ID 129767121).

Em face da referida decisão, a impetrante opôs embargos de declaração, sustentando a existência de obscuridade, eis que, no caso concreto, não há necessidade de manter o depósito, já que a obrigação que está sendo discutida nos autos foi paga na via administrativa e, conseqüentemente, com o pagamento, não há que se falar em suspensão da exigibilidade do crédito (ID 130362094).

A União Federal apresentou resposta ao recurso, pugnando pela manutenção do depósito judicial (ID 131301585).

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos genéricos, conheço da apelação e passo ao seu exame.

Cabível a aplicação do art. 932 do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios constitucionais da celeridade e razoável duração do processo, haja vista o entendimento dominante sobre o tema em questão (Súmula 568/STJ, aplicada por analogia).

Insurge-se a apelante quanto à aplicação de direito antidumping à importação de alho do tipo especial, afirmando que a tal medida não encontra amparo nas Resoluções emitidas pela Câmara do Comércio Exterior, estando unicamente baseada em orientação emitida pela Coordenação Operacional Aduaneira – Copad vinculada à Receita Federal.

Nos termos da Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, que dispõe sobre a aplicação dos direitos antidumping e de medidas compensatórias, compete à Câmara do Comércio Exterior – CAMEX – fixar os direitos provisórios ou definitivos, bem como decidir sobre a suspensão da exigibilidade dos direitos provisórios e à Secretaria da Receita Federal compete a cobrança e restituição dos direitos antidumping e compensatórios, provisórios ou definitivos, quando se tratar de valor em dinheiro, in verbis:

“Art. 6º Compete à CAMEX fixar os direitos provisórios ou definitivos, bem como decidir sobre a suspensão da exigibilidade dos direitos provisórios, a que se refere o art. 3o desta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

Parágrafo único. O ato de imposição de direitos antidumping ou Compensatórios, provisórios ou definitivos, deverá indicar o prazo de vigência, o produto atingido, o valor da obrigação, o país de origem ou de exportação, as razões pelas quais a decisão foi tomada, e, quando couber, o nome dos exportadores.(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

Art. 7º O cumprimento das obrigações resultantes da aplicação dos direitos antidumping e dos direitos compensatórios, sejam definitivos ou provisórios, será condição para a introdução no comércio do País de produtos objeto de dumping ou subsídio.

§ 1º Será competente para a cobrança dos direitos antidumping e compensatórios, provisórios ou definitivos, quando se tratar de valor em dinheiro, bem como, se for o caso, para sua restituição, a SRF do Ministério da Fazenda.”

Nos termos da norma invocada pela apelante - Resolução CAMEX n. 80, de 03 de outubro de 2013, foi prorrogado o direito antidumping definitivo sobre as importações de “alhos frescos ou refrigerados” oriundos da China, de forma genérica, sem especificar o tipo de produto abrangido pela medida: alho chinês em geral ou alho do tipo extra, in verbis:

“Prorrogar a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de alhos frescos ou refrigerados, comumente classificadas nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM, originárias da República Popular da China, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por quilograma, no montante abaixo especificado:”

O item 3.1 do anexo da Resolução CAMEX n. 80/2013 especifica que o alho, produto objeto da medida antidumping, segundo a Portaria MAPA nº 242, de 1992, pode ser classificado em grupos (branco ou roxo), subgrupos (nobre ou comum), classes (7, 6, 5, 4, 3 ou misturada) e tipos (extra, especial ou comercial) e assim estabelece:

*“O produto objeto da medida antidumping é o alho importado da República Popular da China, definido como sendo o bulbo da espécie **Allium Sativum** que, independente da sua coloração, é classificado no subgrupo de alhos nobres, das classes 5, 6 e 7, do tipo extra”*

Ocorre que, ao tratar da classificação tarifária, o item 3.4 do anexo à Resolução abarca o alho classificado nos itens 0703.20.10 (alho para semeadura) e 0703.20.90 (outros alhos) da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, in verbis:

“3.4. Da classificação e do tratamento tarifário:

O alho objeto da medida antidumping é comumente classificado nos itens 0703.20.10 (alho para semeadura) e 0703.20.90 (outros alhos) da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM”.

Conforme se observa, ao especificar no item 3.1 do Anexo que o produto objeto da medida antidumping era alho importado da China, nas classes 5, 6 e 7, do tipo extra, a Resolução CAMEX nº 80/2013 permitiu discussões quanto à incidência ou não da medida antidumping sobre alhos frescos ou refrigerados dos demais tipos, classes e subgrupos.

Neste contexto, foi editada a Resolução CAMEX n. 13, de 18 de fevereiro de 2016, com o fim de esclarecer e “determinar se os alhos frescos ou refrigerados das classes 3 e 4 estariam sujeitos à aplicação do direito antidumping vigente sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados, originárias da China”.

Ao final da avaliação, o artigo 1º da Resolução foi editado com o seguinte teor: “Encerrar a avaliação de escopo e determinar que as importações de alhos frescos ou refrigerados de classes 3 e 4 estão sujeitas à aplicação dos direitos antidumping sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados da China, instituídos pela RESOLUÇÃO CAMEX Nº 80, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013”.

Embora a Resolução CAMEX n. 13/2016 tenha determinado que os direitos antidumping seriam aplicáveis às importações de alhos frescos ou refrigerados das classes 3 e 4, restou esclarecido que a edição da Resolução CAMEX n. 80/2013 teve por objetivo a proteção do mercado nacional em relação a qualquer classe, grupo ou tipo de alho chinês, conforme explicitado:

“Portanto, todas as informações relativas ao preço de exportação de alho da China para o Brasil, apurado com base nas respostas ao questionário do exportador, com vistas ao cálculo da margem de dumping, se referiam à comercialização de alho de forma genérica, sem fazer qualquer segregação dos dados por tipo, classe ou grupo.

Em segundo lugar, constatou-se que, na apuração das importações brasileiras do produto objeto da medida, foram analisados os itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da NCM em sua totalidade, sem ter sido realizada depuração para fins de exclusão de produto não investigado, que por ventura estivesse classificado sob os mencionados itens, tal como teria ocorrido caso determinadas classes de alhos frescos ou refrigerados não estivessem no escopo da medida. O próprio texto da Resolução CAMEX nº 80, de 2013, ao tratar das NCMs consideradas para fins de apuração das importações evidencia o fato exposto.

Tendo em vista que as importações de alhos frescos e alhos refrigerados podem ocorrer sob as NCMs 0703.20.10 (Alho para semeadura) e 0703.20.90 (outros alhos), os dados de importação incorporam a soma dos valores referentes a estes dois itens”.(Resolução CAMEX nº 80, de 2013).

Por fim, na análise dos dados da indústria doméstica, referentes à avaliação de dano, também não se observa nenhum tratamento segmentado das informações. Não há nenhuma menção de segmentação do produto em determinadas classes ao se analisar o comportamento de indicadores como a produção, vendas e custo do produto similar doméstico.

Tendo em vista a existência de dispositivos conflitantes no texto da Resolução CAMEX nº 80, de 2013, e diante da avaliação abrangente detalhada anteriormente, no que tange à definição do produto objeto da medida antidumping, conclui-se que os alhos das classes 3 e 4 estão abrangidos pela medida antidumping em vigor.

Deve-se ressaltar ainda que não foram analisadas as definições do produto objeto da medida antidumping contidas nas Resoluções que prorrogaram o direito antidumping nas revisões anteriores. Isso porque as informações relativas à última revisão já foram suficientes para sanar as dúvidas relativas ao escopo da medida atualmente em vigor. Além disso, seria perfeitamente possível que o escopo da medida tivesse sido reduzido neste último procedimento de revisão, independente da definição adotada no procedimento anterior, desde que fosse realizada de forma clara e efetiva ao longo do procedimento de revisão, na realização das análises efetuadas.”

Deste modo, por força do que dispõem as Resoluções CAMEX nº 80/2013 e n. 13/2016, o direito antidumping aplica-se às importações de alho chinês não só de qualquer classe, mas também de qualquer tipo, inclusive o especial, importado pela autora.

*Cumprido registrar, embora se trate de norma superveniente, que a Resolução CAMEX n. 47, de 05 de julho de 2017, veio a esclarecer “**que os alhos frescos ou refrigerados, independentemente de quaisquer classificações, quando originários da República Popular da China, estão sujeitos à incidência do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 80, de 3 de outubro de 2013**”.*

Importante ressaltar que as Resoluções CAMEX n. 13/2016 e n. 47/2017, editadas posteriormente à Resolução CAMEX n. 80/2013, apenas vieram aclarar que o alvo da proteção sempre foi o alho fresco ou refrigerado originário da China, em sua forma genérica, qualquer que fosse sua classificação, estando aí abrangido o alho de tipo especial importado pela autora.

Nestes termos, colaciono os seguintes precedentes do E. Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

“APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. ALHO IMPORTADO DA CHINA. DIREITO ANTIDUMPING. RESOLUÇÕES CAMEX NºS 80/2013 E 13/2016. ABRANGÊNCIA. ALHO DE QUALQUER CLASSE, GRUPO OU TIPO.IMPROVIMENTO.

1. A questão controvertida nestes cinge-se à incidência ou não dos direitos antidumping sobre mercadoria importada da República Popular da China (alho tipo especial), tendo em vista o que dispõe a Resolução CAMEX nº 80/2013 e a Resolução CAMEX nº 13/2016.

2. O art. 219 da Constituição Federal dispõe que o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.Neste contexto, a Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, que regula a

aplicação dos direitos antidumping e de medidas compensatórias, dispõe que compete à Câmara do Comércio Exterior - CAMEX - fixar os direitos provisórios ou definitivos, bem como decidir sobre a suspensão da exigibilidade dos direitos provisórios.

3. A Resolução CAMEX nº 41/2001, encerrando a investigação de revisão do direito antidumping definitivo aplicado sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados, classificados nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, originárias da República Popular da China.

4. Posteriormente, sobreveio a Resolução CAMEX nº 80/2013, prorrogando o direito antidumping definitivo sobre as importações de "alhos frescos ou refrigerados" oriundos da China, de forma genérica, sem esclarecer qual a abrangência do objeto da restrição : alho chinês em geral ou alho do tipo extra. Já o item 3.1 do Anexo da Resolução menciona que o objeto da medida antidumping seria os "alhos nobres, das classes 5, 6 e 7, do tipo extra".

5. Diante das contradições no texto da Resolução Camex nº 80/2013, foi editada a Resolução CAMEX nº 13/2016, esclarecendo que as importações de alhos frescos ou refrigerados de classes 3 e 4 estão sujeitas à aplicação dos direitos antidumping sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados da China, instituídos pela Resolução Camex nº 80, de 3 de outubro de 2013.

6. Embora o Anexo da Resolução contenha, em um primeiro momento, afirmativas contraditórias quanto ao propósito da medida, fato é que a questão já foi esclarecida. Por ser a Resolução CAMEX nº 13/2016 fruto de consulta, não há que se falar em rol taxativo de tipos de alho.

7. Os direitos antidumping constituem meio de imposição de tarifas alfandegárias adicionais, ou seja, soma em dinheiro, igual ou inferior à margem de dumping apurada, exigido com o objetivo de afastar os efeitos danosos à indústria doméstica, decorrentes de importações realizadas a preço de dumping. A ação antidumping busca sobretaxar produtos importados cujos preços estejam mais altos no mercado interno, prejudicando o escoamento da produção nacional.

8. Diante da manutenção da sentença recorrida, cabível a condenação do apelante ao pagamento de honorários recursais, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15.

9. Apelações conhecidas e improvidas."

(AC - Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho 0038642-14.2016.4.02.5101, GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, TRF2 - VICE-PRESIDÊNCIA..ORGAO_JULGADOR:.)

"DIREITO ADMINISTRATIVO E ECONÔMICO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRODUTO OBJETO DO DIREITO ANTIDUMPING. ALHO DO TIPO ESPECIAL IMPORTADO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. RESOLUÇÕES CAMEX 80/2013 E 13/2016.

1. A decisão agravada determinou a realização de depósito judicial da tarifa antidumping durante a tramitação da ação ajuizada pela sociedade importadora objetivando que fossem afastados os efeitos da orientação emitida pela COPAD, órgão vinculado à Receita Federal, que determinou a aplicação de direito antidumping sobre o alho importado da China sem fazer nenhuma distinção.

2. Embora deferida anteriormente tutela provisória pelo juízo admitindo o desembaraço aduaneiro do alho tipo especial da República Popular da China, não há óbice para que, depois da liberação da mercadoria perecível, o magistrado determine o depósito judicial

da tarifa antidumping cuja legalidade é discutida na demanda originária.

3. A Resolução CAMEX nº 80/2013, por conta de contradições internas no texto de seu Anexo, teria deixado dúvida quanto ao alvo do direito antidumping por ela estabelecido: o alho chinês em geral, ou apenas o do tipo extra. O Conselho da Câmara de Comércio Exterior na Resolução 13/2016 esclarece que, à vista dos parâmetros genéricos de pesquisa utilizados para mapear o dumping, não restritos a alhos de determinada classe, grupo ou tipo, os alhos chineses das classes 3 e 4, objeto de consulta da Associação Goiana dos Produtores de Alho, também estavam, como estão, abrangidos pela medida restritiva instituída pela Resolução CAMEX nº 80/2013.

3. As informações colhidas pela autoridade investigadora, relativas ao preço de exportação de alho da China para o Brasil, foram apuradas com base nas respostas ao questionário do exportador, que faziam referência à comercialização de alho de forma genérica, sem fazer qualquer segregação por tipo, classe ou grupo. O Ofício nº 70/2016 da CAMEX também esclarece que a resolução CAMEX nº 80, de 2013, incide sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados originários da China, independentemente de qualquer classificação ou tipologia.

4. Daí se conclui que o alho chinês do tipo especial também estaria abrangido pela Resolução CAMEX nº 80/2013, devendo ser mantida a decisão que determinou o depósito em juízo dos direitos antidumping.

5. Agravo de instrumento desprovido.”

(AG - Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho 0001752-19.2017.4.02.0000, LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, TRF2 - 7ª TURMA ESPECIALIZADA..ORGAO_JULGADOR:.)

“DIREITO ADMINISTRATIVO. ALHO IMPORTADO DA CHINA. DIREITO ANTIDUMPING. RESOLUÇÕES CAMEX 80/2013 E 13/2016. ABRANGÊNCIA. ALHO DE QUALQUER CLASSE, GRUPO OU TIPO.

1. Trata-se de remessa necessária e de apelações interpostas pelas partes nos autos da ação ordinária ajuizada por M. LIGHT COMÉRCIO EXTERIOR LTDA em face da UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL, objetivando: 1) em tutela de urgência, a sustação de quaisquer atos que impeçam a liberação de sua mercadoria - alho fresco, do grupo roxo, subgrupo nobre, classe 7, do tipo especial - sem a incidência da cobrança de direitos antidumping; 2) a declaração de ilegalidade da cobrança dos direitos antidumping sobre o produto da autora acima descrito; 3) a abstenção da ré em cobrar os direitos antidumping sobre o produto da autora; e 4) a devolução dos valores porventura já pagos a esse título, acrescidos de juros e correção monetária.

2. O pedido foi julgado procedente para reconhecer a ilegalidade da cobrança dos direitos antidumping sobre o alho fresco, do grupo roxo, subgrupo nobre, classe 7 do Tipo Especial importado pela autora pelas licenças de importação nº 15/3477497-6, nº 16/0460748-8 e nº 16/1051013-0.

3. É importante destacar que o dumping é uma prática comercial desleal e proibida, a qual consiste na venda para o exterior de um produto a preço muito inferior àquele praticado no mercado interno, com o objetivo de conquistar ou dominar determinado mercado, gerando prejuízos à atividade industrial do país importador.

4. As medidas antidumping, dessa forma, são aquelas utilizadas pelos países como forma de proteção aos produtores nacionais contra as referidas práticas, mediante a cobrança de taxas, calculadas, em regra, em função da diferença entre o preço de exportação do produto e o valor normal das vendas deste produto no seu país de origem.

5. Da leitura da Resolução CAMEX n° 13/2016 conclui-se que o direito antidumping em vigor aplica-se às importações de alho chinês não só de qualquer classe, mas também de qualquer tipo.

6. No caso, a Autora alega que o produto objeto da importação seria alho do tipo especial, e não alho do tipo extra, acobertado pela mencionada Resolução. Desta forma, merece reforma a sentença, haja vista que o alho chinês do tipo especial também estaria abrangido pela Resolução CAMEX n° 80/2013. Precedentes.

7. Remessa necessária e apelação da União providas, cassando-se as decisões de fls. 147/151 e 189. Apelação da parte autora desprovida.

(APELREEX - Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho 0055246-50.2016.4.02.5101, POUL ERIK DYRLUND, TRF2 - 6ª TURMA ESPECIALIZADA..ORGAO_JULGADOR:.)

Deste modo, deve ser mantida a exigência da autoridade impetrada.

Por fim, tendo em vista a inexistência de obscuridade na decisão que indeferiu o pedido de levantamento do depósito judicial, rejeito os embargos de declaração, eis que a destinação dos valores deverá ser decidida após o trânsito em julgado da sentença.

Ante o exposto, nos termos do artigo 932, IV, do Código de Processo Civil, **rejeito** os embargos de declaração e **nego provimento** à apelação, nos termos acima consignados.

Intime-se.

Decorrido o prazo legal, baixem os autos ao juízo de origem.”

Conforme restou claramente abordado na r. decisão agravada, a Resolução CAMEX n. 80, de 03 de outubro de 2013 prorrogou o direito *antidumping* definitivo sobre as importações de “alhos frescos ou refrigerados” oriundos da China, de forma genérica.

No anexo da referida Resolução, no entanto, há nítida contradição entre os itens 3.1 e 3.4 deixando dúvida quanto ao alvo do direito *antidumping* por ela estabelecido: o alho do tipo extra ou o alho chinês em geral.

Da leitura das Resoluções CAMEX n. 13/2016 e n. 47/2017, editadas posteriormente à Resolução CAMEX n. 80/2013, conclui-se que tais normas vieram a aclarar que o alvo da medida *antidumping* sempre foi o alho fresco ou refrigerado originário da China, em sua forma genérica, qualquer que fosse sua classificação, estando aí abrangido o alho de tipo especial importado pela autora.

Destarte, as razões recursais não contrapõem tais fundamentos a ponto de demonstrar o desacerto do *decisum*, limitando-se a reproduzir argumento visando à rediscussão da matéria nele contida.

Assim, não vislumbro qualquer vício a justificar a reforma da decisão ora agravada.

Pelo exposto, **nego provimento** ao agravo interno.

É como voto.

E M E N T A**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ART. 1.021, CPC. APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ANTIDUMPING. ALHO IMPORTADO DA CHINA. RESOLUÇÕES CAMEX N. 80/2013 E N. 13/2016. ABRANGÊNCIA. ALHO DE QUALQUER CLASSE, GRUPO OU TIPO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO**

1. A decisão ora agravada, prolatada em consonância com o permissivo legal, encontra-se supedaneada em jurisprudência consolidada do Colendo Superior Tribunal de Justiça, inclusive quanto aos pontos impugnados no presente recurso.

2. A r. decisão monocrática rejeitou os embargos de declaração opostos contra decisão interlocutória, bem como negou provimento à apelação, mantendo sentença denegatória, proferida em mandado de segurança, pelo qual a impetrante buscou o reconhecimento do direito líquido e certo de não figurar como sujeito passivo de obrigação que tenha por objeto o direito *antidumping* incidente nas operações de importação de alho do tipo especial proveniente da China.

3. Nos termos da Resolução CAMEX n. 80, de 03 de outubro de 2013, foi prorrogado o direito *antidumping* definitivo sobre as importações de “*alhos frescos ou refrigerados*” oriundos da China, de forma genérica.

4. Contudo, o item 3.1 do anexo da referida Resolução, 2013 especifica que o alho, segundo a Portaria MAPA nº 242, de 1992, pode ser classificado em grupos (branco ou roxo), subgrupos (nobre ou comum), classes (7, 6, 5, 4, 3 ou misturada) e tipos (extra, especial ou comercial), estabelecendo que o produto objeto da medida *antidumping* é o “*classificado no subgrupo de alhos nobres, das classes 5, 6 e 7, do tipo extra*”. No mesmo anexo, no item 3.4, ao tratar da classificação tarifária, consta que “*o alho objeto da medida antidumping é comumente classificado nos itens 0703.20.10 (alho para semeadura) e 0703.20.90 (outros alhos) da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM*”.

5. Assim, ao especificar no item 3.1 do Anexo que o produto objeto da medida *antidumping* era alho importado da China, nas classes 5, 6 e 7, do tipo extra, a Resolução CAMEX nº 80/2013 permitiu discussões quanto à incidência ou não da medida *antidumping* sobre alhos frescos ou refrigerados dos demais tipos, classes e subgrupos, havendo nítida contradição interna no Anexo da Resolução, deixando dúvida quanto ao alvo do direito *antidumping* por ela estabelecido: o alho do tipo extra ou o alho chinês em geral.

6. Neste contexto, foi editada a Resolução CAMEX n. 13, de 18 de fevereiro de 2016, com o fim de esclarecer e “*determinar se os alhos frescos ou refrigerados das classes 3 e 4 estariam sujeitos à aplicação do direito antidumping vigente sobre as importações de alhos frescos ou refrigerados, originárias da China*”. Embora a Resolução CAMEX n. 13/2016 tenha determinado que os direitos *antidumping* seriam aplicáveis às importações de alhos frescos ou refrigerados das classes 3 e 4, restou consignado que a edição da Resolução CAMEX n. 80/2013 teve por objetivo a proteção do mercado nacional em relação a qualquer classe, grupo ou tipo de alho chinês.

7. Cumpre registrar, embora se trate de norma superveniente, que a Resolução CAMEX n. 47, de 05 de julho de 2017, veio a esclarecer “*que os alhos frescos ou refrigerados, independentemente de quaisquer classificações, quando originários da República*

Popular da China, estão sujeitos à incidência do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 80, de 3 de outubro de 2013

8. Importante ressaltar que as Resoluções CAMEX n. 13/2016 e n. 47/2017, editadas posteriormente à Resolução CAMEX n. 80/2013, apenas vieram aclarar que o alvo da proteção sempre foi o alho fresco ou refrigerado originário da China, em sua forma genérica, qualquer que fosse sua classificação, estando aí abrangido o alho de tipo especial importado pela autora.

9. As razões recursais não contrapõem tais fundamentos a ponto de demonstrar o desacerto do *decisum*, limitando-se a reproduzir argumento visando à rediscussão da matéria nele contida.

10. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Sexta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Assinado eletronicamente por: DIVA PRESTES MARCONDES MALERBI

10/08/2020 18:37:21

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 139135566



2008101837210500000013833440

IMPRIMIR

GERAR PDF